



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA

Departamento de Economia

LUCAS ALVES NOVELLI

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: INVESTIGAÇÃO SOBRE A
IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS NA ÁREA DESDE O ENSINO
BÁSICO

Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas

São Paulo
Maio/2024

LUCAS ALVES NOVELLI

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: INVESTIGAÇÃO SOBRE A
IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS NA ÁREA DESDE O ENSINO
BÁSICO**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob orientação do Professor Dr. César Roberto Leite da Silva.

Maio/2024

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC – SP. Este trabalho é somente para o uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para qualquer fim lucrativo. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

DADOS DO ALUNO	
NOME:	RA:
CURSO:	SEM./ANO DE INGRESSO:

TIPO DE TRABALHO
() MONOGRAFIA
() PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – BACH.
() PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – LIC.
() PROJETO DE CENA
() PROJETO MONOGRÁFICO
() TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
() OUTRO:

DADOS DO TRABALHO	
TÍTULO:	
ORIENTADOR:	
COMISSÃO EXAMINADORA	
PROF. 1:	
PROF. 2:	
PROF. 3:	
DATA DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO:	NOTA:

PROFESSOR ORIENTADOR DO TRABALHO	
OBSERVAÇÕES:	
DATA:	ASSINATURA:

Regulamentação:

- Projetos Pedagógicos dos Cursos

Para uso da SAE	
Obs.: _____	

Data: ____/____/____	Assinatura:

Novelli, Lucas Alves. **Educação financeira: investigação sobre a importância dos estudos na área desde o ensino básico.** São Paulo, 2024. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: O objetivo desta monografia foi apresentar a relevância da inserção de conteúdos relacionados ao planejamento financeiro a partir da educação básica, e os reflexos disso ao longo da vida de qualquer cidadão. A pesquisa mostrou que a falta de educação financeira desde cedo, reflete na cultura e modo como os brasileiros lidam com dinheiro, visto que expressiva parcela da população possui dívidas e não possui o hábito de investir. Sendo assim, a partir das informações apresentadas foi possível concluir que a necessidade de políticas públicas voltadas a sanar as lacunas observadas é urgente, devendo dar ênfase a educação financeira no Brasil, pautada em mudanças nesse sentido, nas grades curriculares do ensino básico, além de ações adicionais para contemplar também crianças maiores e adultos desprovidos desse conteúdo até então. Com isso, espera-se que no médio e longo prazo, sejam observados resultados positivos frente a tais mudanças, capazes de melhorar a qualidade de vida, diminuindo níveis de escassez e endividamento. A partir do aumento da poupança e fundos de investimento, a aposentaria de maior parcela dos brasileiros poderá ocorrer inclusive em ajuda expressiva do INSS. No entanto, tais mudanças só serão possíveis, se forem devidamente introduzidos conteúdos educacionais no formato de matéria obrigatória, a fim desse conteúdo estar presente de modo mais significativo na cultura brasileira como um todo.

Palavras chave: Educação financeira. Mercado financeiro. Ensino básico. Base Nacional Comum Curricular.

Código JEL:

Abstract: The objective of this monograph was to present the relevance of including content related to financial planning from basic education, and the consequences of this throughout the life of any citizen. The research showed that the lack of financial education from an early age reflects on the culture and way in which Brazilians deal with money, given that a significant portion of the population has debt and is not in the habit of investing. Therefore, based on the information presented, it was possible to conclude that the need for public policies aimed at remedying the gaps observed is urgent, with emphasis on financial education in Brazil, based on changes in this sense, in the basic education curriculum, in addition to additional actions to also include older children and adults without this content until then. Therefore, it is expected that in the medium and long term, positive results will be observed in the face of such changes, capable of improving the quality of life, reducing levels of scarcity and debt. From the increase in savings and investment funds, the retirement of a greater proportion of Brazilians could occur, including significant help from the INSS. However, such changes will only be possible if educational content is properly introduced in the format of a mandatory subject, so that this content is present in a more significant way in Brazilian culture as a whole.

Keywords: Financial education. Financial market. Basic education. Common National Curriculum Base.

Sumário

Introdução	08
1. Contexto econômico brasileiro.....	15
1.1 Aspectos históricos e geográficos.....	15
1.2 Cenário macroeconômico.....	16
1.3 Educação financeira no Brasil.....	18
1.4 Interpretação a respeito da cultura nacional no que tange a educação financeira.....	24
2. Sugestão de planejamento financeiro no ensino básico.....	25
2.1 Contextualização e grade curricular.....	25
2.2 Educação financeira nos anos escolares iniciais.....	27
2.3 Planejamento financeiro.....	29
2.4 Balanço e investimentos.....	32
3. Sugestões de ações práticas.....	33
3.1 Cenário favorável a educação financeira brasileira.....	33
3.2 Alterações legais e institucionais necessárias.....	33
3.3 Políticas econômicas.....	34
3.4 A influência de estratégias governamentais na educação financeira de um país.....	35
Considerações finais.....	37
Referências bibliográficas.....	38

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Inflação (IPCA) entre 2000-2020.....	17
Gráfico 2. Endividamento das famílias no Brasil.....	17
Gráfico 3. Como os trabalhadores brasileiros controlam suas finanças para evitar inadimplência.....	19
Gráfico 4. Principais razões para inadimplência no Brasil.....	19
Gráfico 5. Perfil de investidores no Brasil em 2019.....	21
Gráfico 6. Ranking mundial do IDH.....	25
Gráfico 7. Rendimento, consumo, individualização e poupança ao longo da vida...30	

Introdução

Qualquer empresa, independente do segmento empresarial, tipo ou tamanho, requer de conhecimentos básicos sobre conceitos de economia e finanças, a fim de que o negócio não só se mantenha ao longo do tempo, como também seja lucrativo, assegurando bem-estar e segurança financeira de acionistas e colaboradores. Por sua vez, tal entendimento, possibilita ainda atividade que atenda demandas de mercados específicos, pautada na organização de oferta que envolva as empresas, de modo que estas precisam de recursos (capital) a fim de que o mencionado propósito seja possível. O capital disponível é constituído por meio de investimentos, financiamentos, recursos próprios, e outros (HERRERA, 2022).

Sendo assim, acredita-se que toda empresa almeje manutenção e expansão de sua produção, independente inclusive de sua localização geográfica devendo para isso, atenção contínua quanto as finanças, que englobam cuidado quanto ao fluxo de caixa necessário para todas as atividades, o que é possível por meio de adequado planejamento financeiro. A esse respeito, o planejamento financeiro torna possível execução de planejamentos futuros, fornecendo condições, sempre que bem aplicado, de garantir estrutura de bens e qualidade de vida a longo prazo. Conseqüentemente, o manejo de um planejamento financeiro eficaz, aumenta as chances de estabilidade e tranquilidades financeira inclusive para momentos de imprevistos e percalços comuns ao longo da vida, o que é possível por meio do acúmulo de capital e investimento de parte do valor conquistado todos os meses.

Um fato que influencia na seleção dos melhores investimentos, se refere ao perfil de cada investidor, influenciado basicamente pelo valor conquistado a cada mês por meio do trabalho e o nível do risco ao qual deseja se expor. Assim, para cada perfil de investidor existem classes de ativos e balanceamentos a serem realizados com intuito de garantir carteira adequadamente equilibrada, dentro das pretensões de cada cliente. Também, é importante que seja considerado o auxílio de profissionais especialista no cuidado das finanças e investimentos de clientes que pretendam cuidar da vida financeira.

A compreensão do dinheiro e toda a sua dinâmica, torna possível a seleção de planos de curto, médio e longo prazo. Por sua vez, tal conhecimento quando inserido ainda no Ensino Básico, para crianças, é relevante ao formar cidadãos conscientes no que diz respeito ao controle financeiro e o impacto disso para o seu futuro (LIMA,

2019). Assim, a aquisição de conhecimentos sobre educação financeira é capaz de viabilizar que estudantes desenvolvam desde cedo, responsabilidade sobre dinheiro. No Brasil, já tem vários anos que preocupações com a educação financeira têm sido pauta de debates e discussões do Ministério da Educação, conforme observado no trecho abaixo:

No Brasil, a educação financeira vem conquistando espaço como política de Estado a partir da publicação do Decreto nº 7.397, de 22 dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Desde então, ações acerca da temática são compartilhadas, de forma integrada, por órgãos e entidades públicas e da sociedade, nos âmbitos federal, estadual e municipal (Ministério de Educação, 2022 s/p)

De acordo com as atuais diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação que constituem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desde o ano de 2020, todas as escolas passaram a serem obrigadas a inserir assuntos sobre a educação financeira, em suas grades curriculares (JANISCH e JELINEK, 2020). Apesar disso, o assunto não necessariamente precisa ser abordado em uma matéria específica, podendo ser inserido em matérias básicas como matemática e desenvolvimento de atividades de extensão ou tópicos rápidos.

Não importa a idade da criança, é importante que assuntos sobre educação financeira sejam apresentados, visto que o seu conhecimento constitui vantagem a qualquer um, ao viabilizar associações apropriadas sobre o trabalho, salário e gastos. A partir de então, espera-se que o controle dos gastos bem como, a execução de planejamento para gastar e guardar dinheiro, ocorram de modo assertivo e controlado (HERRERA, 2022). Adicionalmente, a medida que trabalhos autônomos crescem no país, é esperado que a utilização de banco digitais também cresça, alterando a configuração financeira do mercado econômico nacional.

Portanto, é fundamental que ao sair da escola e ingressar no mercado de trabalho, jovens contem com respaldo de noções corretas a respeito de ações voltados a evitar dívidas e frustrações econômicas. É exatamente sobre esse ponto que o presente estudo de fundamentou, dando ênfase ao ensino coletivo de educação financeira a partir de informações práticas e contemporâneas. Neste contexto, o controle das finanças pessoais inclui gestão oportuna de recursos pessoais, conquistados por meio do trabalho e busca por segurança e estabilidade. Em contrapartida, dados demonstram que 54% dos brasileiros são acometidos por estresse relacionado a problemas de desequilíbrio financeiro, dado que reitera a importância de estudos como esse, que explicam a

importância da educação financeira desde o ensino básico. A este respeito, Gitman (2001) menciona que:

O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos (Gitman, 2001 p. 43)

Com o avanço contínuo da globalização financeira, é notório que o mercado tem se tornado mais unificado, o que na prática representa que problemas de impactos econômicos ocorridos em qualquer lugar do mundo, têm potencial de comprometer a economia brasileira, por exemplo. Dentre as características mais relevantes da globalização financeira, incluem-se: 1) Alteração da atividade econômica; 2) diminuição de intermediários; 3) separação dos mercados; 4) engloba maior proximidade com o cliente final; e 5) tem na internet seu principal facilitador. Um exemplo claro é a possibilidade do cidadão brasileiro ter o poder de comprar ações ou encomendar matéria-prima de qualquer outro país (JANISCH e JELINEK, 2020).

Assim, é comum que milhares de brasileiros não possuam controle sobre os seus gastos e nem ao menos conseguem compreender o quanto pagam de juros, além da maioria não ter qualquer planejamento para resolução de imprevistos, desconhecendo inclusive o valor dos seus rendimentos mensais, além de assumirem serem de fato, desorganizados do ponto de vista financeiro. Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas demonstrou que 45,8% dos entrevistados não realizam sequer um controle sistemático do seu orçamento, sendo que 29,3% realizam todos os cálculos ‘de cabeça’- ou seja, recorrem a um método pouco confiável para organizar suas finanças. Os dados também mostram que dentre os entrevistados que reportaram organizar os seus recursos financeiros, um total de 53,9% ainda usava apenas anotações com papel e caneta, ao passo que 29,8% utilizavam planilha digital e 3,1% aplicativos digitais. A mesma pesquisa ainda mostrou que significativa parcela dos brasileiros reconhece sua própria falta de organização para lidar com o próprio dinheiro (SPC & CNDI).

Em contrapartida, o controle financeiro é importante porque os investimentos representam ferramentas essenciais para turbinar os ganhos a longo prazo, ainda que estes sejam mais ou menos seguros, são úteis quanto bem trabalhos no que concerne as variáveis de risco e retorno. Na prática significa que quanto maior o risco de um investimento, maior o retorno esperado sobre o mesmo mas também, maior poderá ser a perda, já que no cenário das finanças, o risco é interpretado como a chance de que algo

distinto do esperado ocorra, o que pode ser bom (aumento da rentabilidade) ou ruim (aumento das perdas).

Com isso, é fundamental conhecimento prévio sobre o perfil de cada investidor. No que diz respeito ao investimento, trata-se de conceito relacionado a aplicação de recursos os quais, após algum tempo irá refletir em retorno por meio da valorização dos ativos comprados ou ainda, dos juros acordados. O juro é definido como o preço que os credores recebem dos devedores por terem emprestado seu dinheiro durante um determinado período (LIMA, 2019).

Juntamente com a tecnologia, nota-se que a economia também evoluiu ao longo de tempo, de modo que a modo de investimento e planejamento requer de atualizações constantes. Nesse processo, muitos perderam dinheiro e decretaram falência, ao mesmo tempo que outros se aproveitaram de todas as oportunidades de mercado, para ganhar dinheiro. Um exemplo claro foi o período de pandemia de covid-19, no qual muitos faliram e muitos negócios surgiram por meio das mídias sociais, para preencher lacunas deixadas pelo novo modelo de consumismo.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) no ano de 2020, de um total de 3.400 brasileiros, apenas 40% dos brasileiros investiam, demonstrando que nem metade dos entrevistados poupava dinheiro de modo correto, pensando em adversidades futuras. Associado a isso, deve-se considerar que a situação de milhares de brasileiros é precária, visto que é expressivo o número de famílias que não possuem acesso ao básico, e nem controle sobre a renda, recorrendo frequentemente a empréstimos que resultam em dívidas crescentes no longo prazo. Quanto a quantidade de investidores, visão ampla disponibilidade por trabalho desenvolvida pela ANBIMA mostra uma diminuição no número de investidores (ANBIMA, 2021). Pode-se concluir que a promoção de desenvolvimento e crescimento econômico de um país representa é diretamente influência por bons níveis de educação financeira da população e sua correspondente tradução no planejamento financeiro ainda é carente no Brasil.

Objetivos

A partir do exposto, o presente estudo objetivou apresentar a relevância da inserção de conteúdos relacionados ao planejamento financeiro a partir da educação básica, e os reflexos disso ao longo da vida de qualquer cidadão.

Hipóteses

Nota-se que o sistema de ensino brasileiro é influenciado por diversas lacunas, as quais vêm sendo melhoradas e superadas gradativamente com o passar dos anos. Nesse sentido, hipotetiza-se que a inserção de conhecimentos básicos relacionados a educação financeira desde a educação básica, represente ação fundamental a economia nacional, isso porque cidadãos conscientes tendem a organizar suas finanças e prosperar a longo prazo, o que é bom para cadeia econômica de modo geral.

Metodologia

Este estudo contempla uma revisão de literatura com carácter observacional e exploratório, constituída por síntese de dados secundários relacionados ao tema proposto. Assim, para a busca dos dados foram considerados artigos científicos a respeito do tema delimitado, para auxiliar no entendimento atual e perspectivas futuras, com intuito de fundamentar o objetivo do estudo que foi proposto com base em lacunas verificadas.

Sobre os tipos de pesquisa, o estudo de Gil (2019) descreve a pesquisa descritiva objetiva indicada para apresentação de dados e informações sobre o fenômeno estudado, indicando ainda se existe ou não, presença de fatores associados. No mesmo sentido, Decarli et al. (2018) cita a pesquisa descritiva como elemento importante quando se pretende observar, analisar, registrar e relacionar referências existentes a partir da descrição de fenômenos, além de correlacionar variáveis em prol da criação de relações descritivas da realidade.

Já a pesquisa exploratória, (GIL, 2019) visa o desenvolvimento, esclarecimento e modificações de conceitos, ao considerar-se o problema levantado a respeito de determinado assunto. Para responder aos objetivos propostos, a pesquisa exploratória visa resumir informações similares sobre determinada temática, delimitados pela pesquisa proposta. Em relação ao conceito sugerido por Vergara (2016) são utilizados dois critérios básicos para classificar os tipos de pesquisa: descritiva e exploratória. Portanto, para a elaboração deste estudo, o método de investigação descritiva para apresentar dados de um determinado fenômeno e buscar possíveis relações, foi utilizado.

Os dados foram obtidos por meio da seleção de dados secundários – selecionados a partir de literatura já publicada sobre o tema. Para tanto, as seguintes palavras chave foram utilizadas para pesquisa: “educação financeira” e “ensino básico”.

Os artigos elegíveis de acordo com a temática estudada foram inicialmente selecionados e estudados.

Estado da arte atual

Dados demonstram que os programas de educação financeira passaram a serem realizados dentro das escolas em 2010, a partir do decreto de n. 7397 sob a responsabilidade do CONEF, que corresponde a uma instância voltada a direcionar tais programas. Anterior a isso, no entanto, já eram publicados diversos materiais (livros, matérias e artigos) abordando a temática, de modo que algumas das obras mais comuns serão apresentadas na sequência.

Hagstrom (2019) em sua obra descreve a vida de Warren Buffet, que é considerado como um dos maiores investidores do mundo. A principal característica abordada no livro é o “mindset” a mentalidade do investidor, explicando que muitas vezes o investimento precisa de tempo e constância para trazer um resultado futuro, e para chegar no resultado desejado é preciso de compromisso com sua mentalidade investidora. Kyosaki & Lechter (1997) menciona que no livro “Pai rico, Pai pobre” considerado como um dos maiores best Sellers da categoria das finanças, o autor Robert, conta como o ensinamento de seu pai e do pai de seu amigo o influenciou sobre o dinheiro. Um rico e um pobre, com visões completamente diferentes sobre o dinheiro. O principal ensinamento de Robert se dá pela mentalidade necessária de administrar o dinheiro, citando que mesmo quando ganham um aumento só tendem a gastar mais e aumentar o padrão de vida, mesmo sem ter uma reserva e um plano futuro. É necessário ter metas para o dinheiro e talvez atrasar o padrão de vida no presente para ter fundos e estabilidade no futuro através da renda que seu dinheiro dará com seus investimentos. Eker (2005) menciona que a obra “Os segredos de uma mente milionária” narra que existem pessoas ricas e pessoas pobres. Para o autor, o que diferencia essas pessoas, é a mentalidade; ele cita o caso de T. Harv que foi um empresário que tentou com diversos empreendimentos obter sucesso em sua vida financeira, porém sem êxito até que em uma de suas tentativas com uma empresa de produtos fitness ele consegue sucesso, e logo após vende sua empresa e vira milionário, com o tempo e a má gestão de seus recursos T. Harv chega à falência. O que o faz refletir sobre mentalidade de pessoas ricas, que geralmente tem atitude e proatividade sobre o que acontece em suas vidas. Nigro (2018) em seu livro “Do mil ao milhão, sem tirar o cafezinho” ensina como fazer fortuna, aproveitando sua própria experiência. O

autor iniciou sua carreira fazendo trabalhos esporádicos como garçom, mas sempre estudando e lutando para pôr em prática o que aprendia, investimentos.

1. Contexto econômico brasileiro

Ao longo do capítulo 2 são apresentados tópicos para explicar sobre variáveis que interferem historicamente no contexto econômico brasileiro.

1.1 Aspectos históricos e geográficos

Estudos geográficos apontam o Brasil como o 5º maior país do mundo, considerando a extensão territorial e o 6º maior do mundo, considerando o tamanho populacional, visto que conta com aproximadamente 212 milhões de habitantes, de acordo com informações do IBGE. Além da magnitude territorial e habitacional, o Brasil é famoso por possuir extensas riquezas naturais e clima favorável a agricultura e criação de animais, auxiliando nas atividades econômicas desenvolvidas para exportação. Desde os primórdios de sua colonização, no momento em que os portugueses se estabeleceram em terras nacionais, as vontades da burguesia predominavam juntamente ao trabalho de regime basicamente escravocrata, que em muitos contextos utilizou até mesmo mão de obra dos índios que já viviam aqui. No período de colonização têm registros de intensa exploração de metais e riquezas em favor a metrópole portuguesa (LIMA, 2019).

Apesar da independência do Brasil em relação a Portugal ter ocorrido no ano de 1822, o país nunca deixou de ser explorado em detrimento do interesse de seus governantes. Prova do atraso, é ilustrado pela abolição tardia ocorrida no ano de 1888, quando todos os outros países da América Latina já tinham libertado seus escravos. Esse atraso, reflete até os dias atuais no desenvolvimento social e econômico. O mencionado cenário histórico resultou em formação populacional marcada por miscigenação de nativos indígenas, africanos e europeus no território brasileiro, com o porém de que após o processo de independência e abolição da escravidão, os escravos não foram efetivamente inseridos na cultura social e econômica, até então dominada pela burguesia.

Trazer tais dados á tona são importantes, isso porque os caminhos do passado, foram responsáveis pela limitação do desenvolvimento econômico do Brasil, apesar das terras ricas e clima favorável, isso porque desde o começo, trata-se de país desigual no que diz respeito a distribuição de renda. Com os polos econômicos brasileiros concentrados na região Sul e Sudeste, Brasil continua a ser um país com desenvolvimento limitado com base nos seguintes indicadores econômico-sociais: 1) Um PIB per capita de U\$\$ 6,796 em 2020; per capita não homogênea, dado que a

distribuição de renda está altamente concentrada; Dados de 2019 mostram que o país tem a 2ª maior concentração de renda; em 2018 registrou-se 0,539 no Índice Gini (que vai de 1,0 para uma perfeita distribuição da renda até 0,0 para uma desigual distribuição); classificado entre os dez países mais desiguais do mundo; 1% da população mais rica detém 28,3% da renda do país enquanto 40% da população mais pobre detém 10,4 % dessa renda; e se ampliarmos esta faixa para os 10% dos brasileiros mais rico a participação da renda sobe para 41,9%, ou seja, 90% da população consegue menos de 60% da renda total do país.

Sobre o exposto, todas as limitações implicam no processo de desenvolvimento sócio econômico do país. Indo além, são necessários esforços intensos para reestruturação da base e correção das tantas lacunas ainda vistas no país. Um exemplo importante, se refere ao investimento no processo de educação financeira inserida desde o ensino básico, para viabilizar a todos o acesso a esse tipo de informação que é fundamental para condição de vida de qualquer um, independente do poder aquisitivo inicial, isso porque a má administração é capaz de levar tanto pobres quanto ricos ao estado de falência.

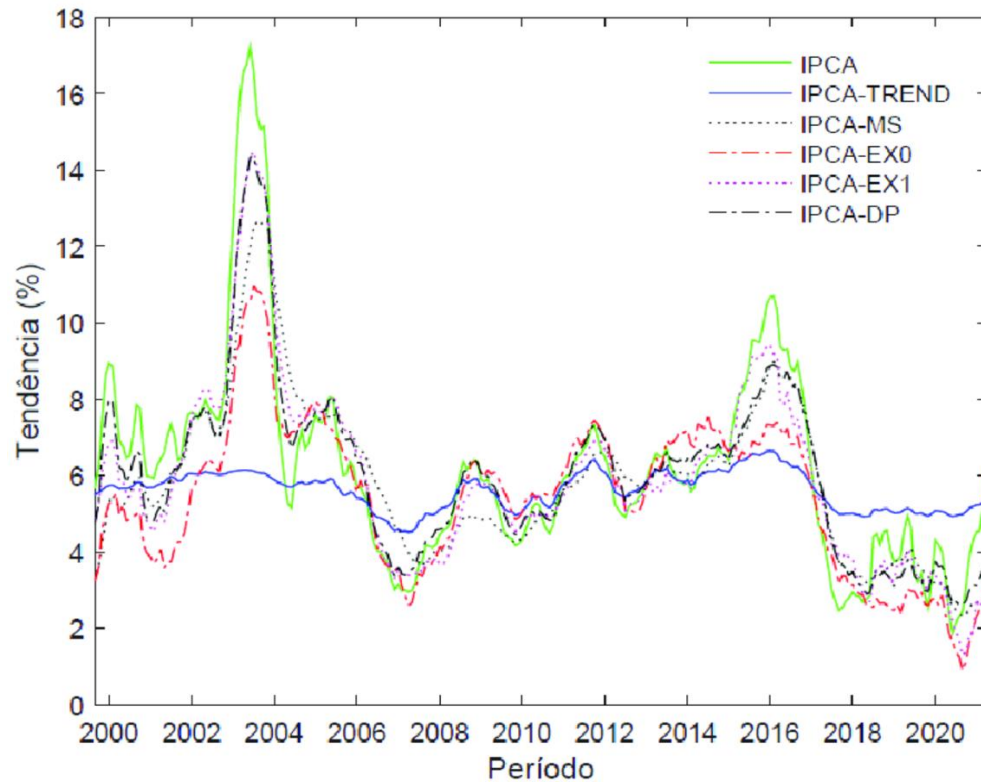
1.2 Cenário macroeconômico

Com intuito de elucidar o contexto macroeconômico brasileiro, é imprescindível compreender a situação macro e socioeconômica atual do país. A este respeito, dados de indicadores macro e socioeconômicos são importantes para respaldar estudos e discussões da área (HERRERA, 2022). O comportamento dos índices como taxa básica de juros, inflação, emprego e desemprego, PIB, IDH, educação pública, endividamento da população, inadimplência, são indicadores fundamentais para interpretar a situação do Brasil.

Um motivo importante por determinar alterações nos índices apresentados e conseqüentemente gerar maior insegurança por parte de investidores internacionais, contemplou o período de eleições presidenciais no final do ano de 2022 em razão da atmosfera bipolar que se formou no país, com dois candidatos com ideais completamente opostos entre si. De acordo com o IBGE, desde o Plano Real o IPCA demonstrou manutenção em níveis baixos (exceto durante 2015 e atual). A exemplo, no ano de 2015 o resultado econômico contribuiu para o aumento da demanda, sobre a qual, a oferta não conseguiu acompanhar o ritmo. Adicionalmente, a inflação de custo refletiu alta nos preços das contas básicas, incluindo energia, água, telefonia,

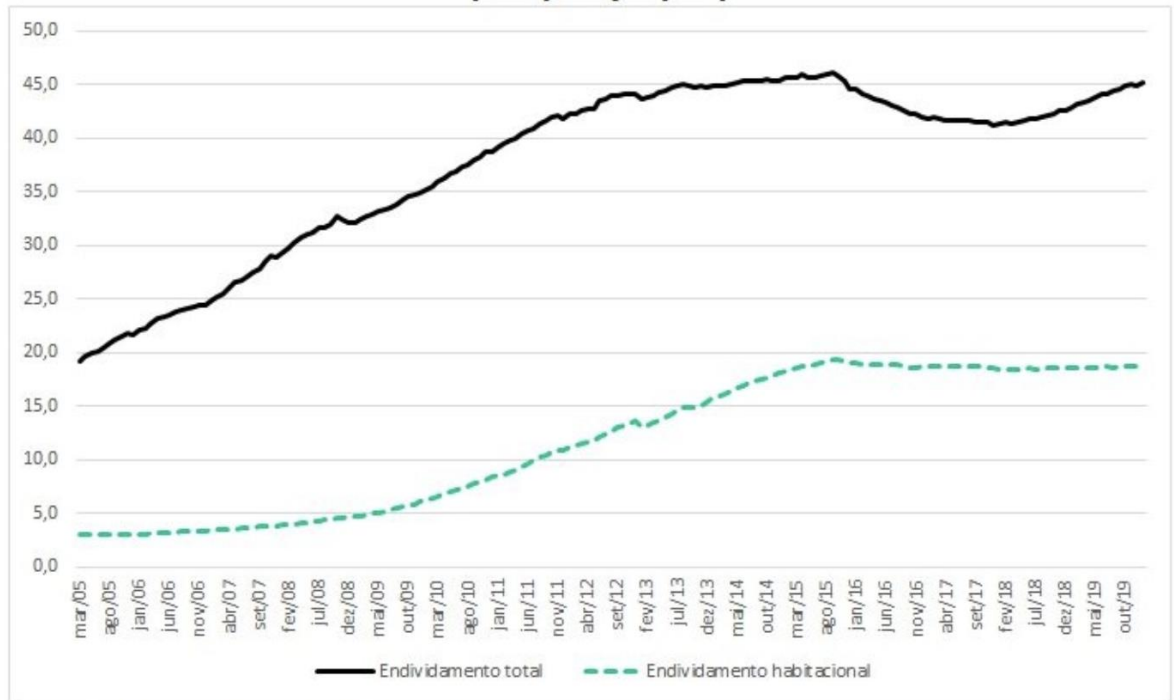
combustível e transporte público. No ano de 2022, a inflação seguiu tendência da economia mundial devido a pandemia de covid-19 que foi seguida por guerras na Ucrânia e Israel.

Gráfico 1. Inflação (IPCA) entre 2000-2020.



Fonte: CAETANO, 2022, p. 870.

Gráfico 2. Endividamento das famílias no Brasil.



Fonte: MARTINS, 2020, p.150.

Dados estatísticos demonstram que a maior parcela da população brasileira se encontra endividada. Obviamente, o resultado observado foi piorado pela covid-19 e guerras citadas, isso porque ambos comprometem a economia mundial. Apesar disso, no ano de 2018, antes das mencionadas crises iniciarem, a nível de endividamento estava entre 50-60% de acordo com a confederação nacional de serviço de bens e comércio, dado que antes de mais nada, já se mostrava preocupante ao estampar a falta de educação financeira para a maior parcela dos brasileiros.

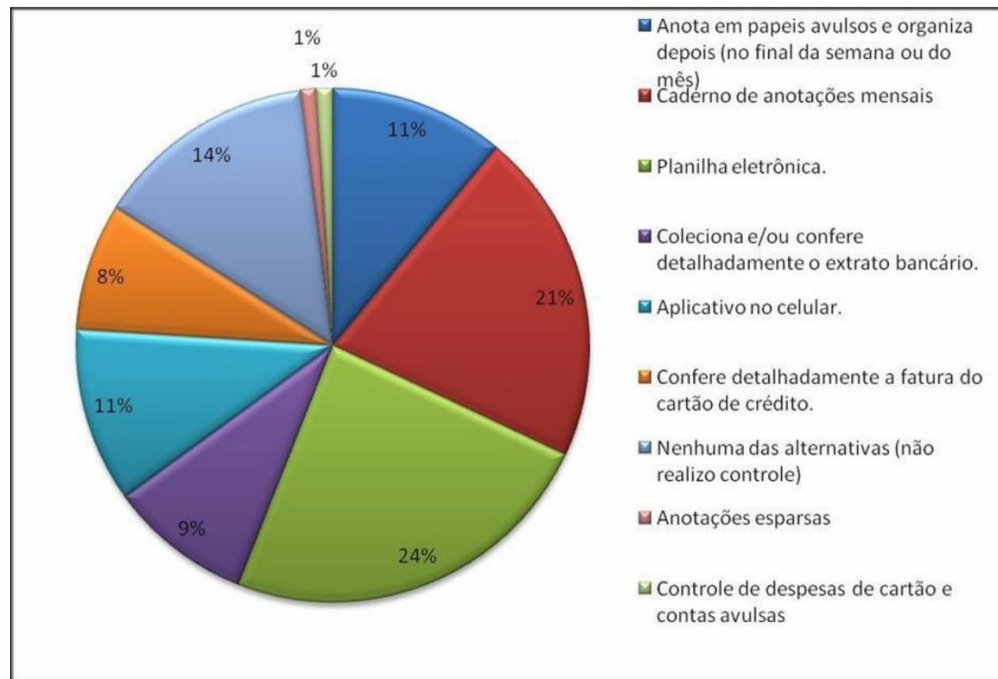
1.3 Educação financeira no Brasil

A educação financeira constitui base importante para saúde econômica de qualquer país, não sendo diferente no Brasil. A esse respeito, uma política implantada em território nacional por meio do decreto n. 7.397 (22 de dezembro de 2010) desenvolveu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem o intuito básico de garantir promoção da educação financeira e previdenciária, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, maior eficiência e solidez do sistema financeiro nacional, refletindo em melhores tomadas de decisões por parte dos brasileiros.

Ainda em 2010, foi iniciada a PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor), uma pesquisa divulgada pela CNC (confederação

nacional do comércio de bens). A iniciativa se deu em razão dos elevados níveis de endividamento com comportamento crescente ao longo do tempo no país, deixando evidente a necessidade de medidas voltadas a combater tal realidade, relativamente comum em todo território nacional. Apesar do desenvolvimento tecnológico, propiciando maior acesso a informação, sendo inclusive o tema educação financeira muito abordado nas mídias sociais, os níveis de endividamento se mantêm elevados, indicando a importância de bases teóricas robustas a respeito do assunto, desde o ensino básico. Outro dado preocupante se refere a falta de planejamento financeiro da população brasileira, resultando em alto índice de inadimplência.

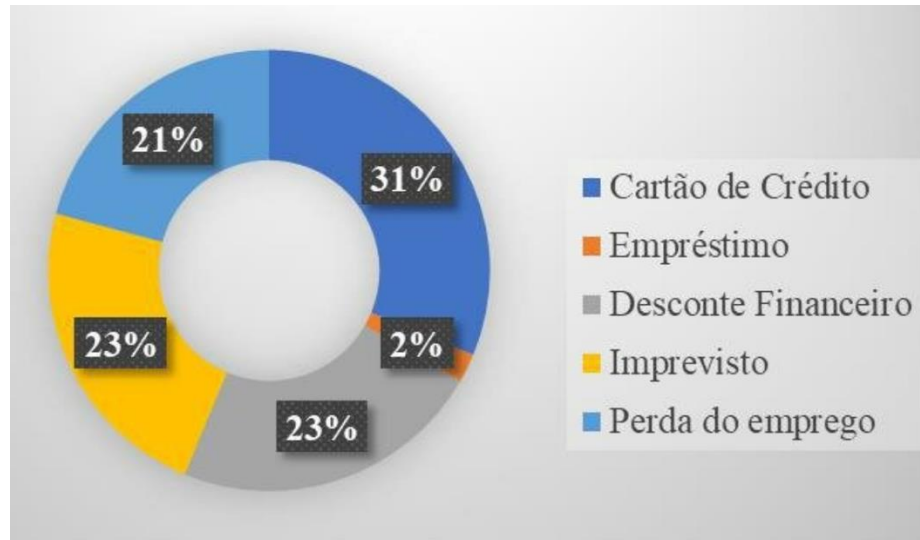
Gráfico 3. Como os trabalhadores brasileiros controlam suas finanças para evitar inadimplência.



Fonte: DEL FIORI et al., 2018, p. 39.

Dados do Serasa (Serviços de Assessoria S.A.) no ano de 2022, um total de 66 milhões de brasileiros se encontravam inadimplentes, isso é, com contas ou dívidas em atraso.

Gráfico 4. Principais razões para inadimplência no Brasil.



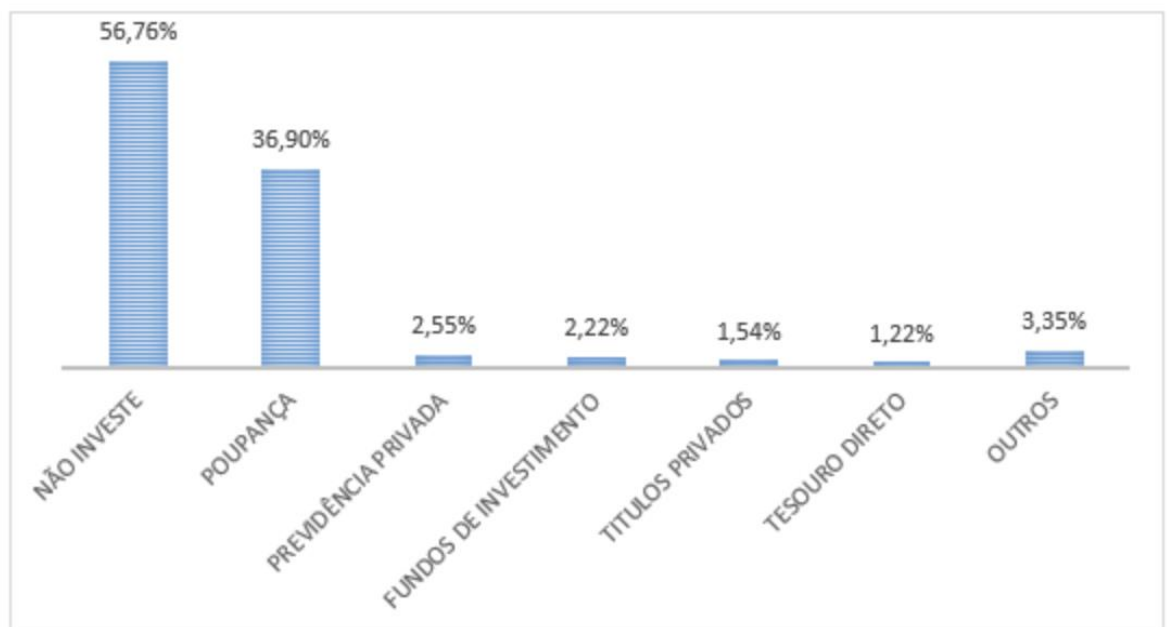
Fonte: DA SILVA, 2023, p.9.

Os dados do Serasa indicam ainda que a maior quantidade das dívidas registradas no país se concentra a bancos e cartões de crédito, que acumulam juntos um correspondente de 28,2% das dívidas, seguida por contas básicas (água, luz e gás) correspondente a 22,7% e por último, varejo e financeiras, com percentual de 12,5% cada. Com isso, as informações e o contexto histórico do Brasil são representados por padrão atual consumista, típico do mundo capitalista, de modo que o recebimento do salário primário para o pagamento das contas fixas muitas vezes é invertido pelo consumo de itens supérfluo e não essencial, os quais poderiam na maioria esmagadora das vezes, serem evitados. Uma alusão falsa do poder de compra é o parcelamento em diversas vezes no cartão de crédito, que dá a falta impressão de um potencial de compra que a longo prazo se acumula, virando bola de neve, e implicando condições de quitação das dívidas, visto que o mundo incentiva um ritmo de consumo o qual não consegue se acompanhado pelo salário da maioria dos brasileiros, que comparam parcela importante do salário, exclusivamente para o pagamento de juros e dívidas.

A associação dos dados apresentados, evidenciam novamente a importância que a educação financeira passe a constituir matéria obrigatória desde o ensino básico, a fim de desenvolver no Brasil, bases de conhecimentos sólidos a respeito do assunto, por parte da população, já que até o momento, esse tópico permanece com caráter não obrigatório na grade curricular do ensino fundamental ou médio, assim como história, matemática ou geografia. Por definição, a educação financeira contempla um conjunto de dados básicos a respeito da gestão do próprio dinheiro, com vistas a custear a vida e ainda investir parte do salário, pensando em acúmulo de patrimônio a longo prazo.

Portanto, a educação financeira fornece informações básicas que garantem respaldo para elaboração e acompanhamento do orçamento pessoal ou familiar, auxiliando na tomada de decisões sobre tarefas básicas do dia a dia que incluem: como comprar, o que comprar, poupar e investir de modo amplo, via uso do dinheiro do modo mais eficiente com ênfase a acelerar resultados financeiros e prevenir momentos de endividamento. Acredita-se que no momento em que a educação financeira for realidade obrigatória nas escolas, desde o ensino básico, irá refletir em maiores chances de prosperidade econômica ao país, visto que os brasileiros terão maiores e melhores condições de investir a partir do salário recebido. O primeiro passo é quitar toda e qualquer dívida para interromper a cobrança de juros abusivos e na sequência, o aporte mensal em investimentos a partir de carteira diversificada tendem a resultar em cenário positivo sobre “juros sobre juros” para obtenção de maior retorno financeiro e recebimento de rendimentos proporcionais aos valores investidos.

Gráfico 5. Perfil de investidores no Brasil em 2019.



Fonte: ANBIMA, 2019. Disponível em: <https://www.parmais.com.br/blog/radiografia-dos-investimentos-brasileiros-anbima/>

Ademais, ainda que a quantidade de brasileiros investindo se mostre crescente, a quantidade de brasileiros endividados ainda é significativa superior. Pra se ter ideia, até o ano de 2020 apenas 4 milhões de brasileiros investiam na bolsa, de acordo com B3,

correspondendo a menos de 10% da população. Portanto, o tema educação financeira requer necessidade contínua, em razão ao acentuado ritmo de mudanças vistas no mundo contemporâneo, em razão aos avanços digitais ao passo que é importante que a mentalidade do cidadão esteja voltada a usar o dinheiro como aliado e não como inimigo potencial para causar problemas no dia a dia e comprometer a estabilidade de um modo geral, visto que a falta de dinheiro limita o acesso quanto a serviços básicos e de lazer importantes para uma boa qualidade de vida e segurança.

A mentalidade influencia muito na educação financeira, isso porque a ideia de manter gastos controlados precede um adequado planejamento financeiro. O mencionado processo pode ser dividido nas seguintes partes: a) orçamento; b) dívidas; c) objetivo; e d) investimento. Portanto, é fundamental o conhecimento sobre o orçamento familiar, para subsequente planejamento das contas, a fim de que o custo de vida e as necessidades esporádicas sejam realizadas com controle e não geração de dívidas, situações nas quais normalmente os juros são abusivos por parte dos bancos e do mercado como um todo (JANISCH e JELINEK, 2020).

Para aqueles que já possuem dívidas, conforme mencionado, o primeiro passo é buscar por caminhos que tornem possível a quitação das dívidas no menor intervalo de tempo possível, a fim de amortizar e sanar o saldo devedor, isso porque o mais comum é que os juros de determinada dívida sejam superiores aos seus rendimentos médios, considerando-se uma aplicação segura, com baixo risco. Um sujeito sem dívida que consegue poupar parte da sua renda para o futuro, tem grandes chances de enriquecer ao longo prazo. Isso se deve a rentabilidade dos investimentos e dependendo do tipo de operação do pagamento dos dividendos por parte da empresa que recebeu o investimento. A esse respeito, um dos maiores investidores do mundo, Warren Buffet propaga por meio de suas falas e obras a filosofia de que construir uma carteira de investimento sólida a longuíssimo prazo de empresa que pague dividendos, representa a base para qualquer investidor.

Pra se ter ideia, espera-se que aportes pequenos, de 100 ou 200 reais todos os meses, a longo prazo, pode tornar o sujeito rico, realidade que, no entanto, exige muita disciplina e paciência. Nesse sentido, nota-se que com o passar do tempo, o desenvolvimento do trabalho e o aumento do salário, pode viabilizar aportes mensais maiores e com isso, reduzir o tempo necessário para a conquista o primeiro milhão. O passo inicial para conquista da riqueza financeira consiste em investimentos mensais,

sendo que tal comportamento já difere sujeitos da maior parcela dos brasileiros, os quais não investem (REZENDE et al., 2022).

Um dado que também deve ser considerado a respeito desse assunto, é a previdência no Brasil, responsável pela garantia da aposentadoria a qual com o passar do tempo, tem ficado cada vez mais restrita e limitada, com idade mínima atual de 65 anos para o homem e 61 anos para mulher, de modo que o teto atual tem se restringido a minoria. Um levantamento realizado em parceria com INSS em 2022, mostrou que dentre os mais de 36 milhões de benefícios pagos aos segurados do INSS, apenas 778 se referiam ao teto pago pela Previdência Social, o valor corresponde a 0,002% do total de 36.423.793 benefícios pagos. Portanto, havendo foco e disciplina, é possível que investimentos de parte de sua renda, forneçam ganhos maiores e talvez mais rápidos do que a aposentadoria fornecida pelo sistema previdenciário brasileiro. Ademais, o assunto é bem exposto no trecho abaixo:

O Brasil tem uma taxa de poupança nacional relativamente baixa de cerca de 16% do PIB e níveis de consciência financeira também são baixos. Por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2008 constatou que 82% dos consumidores brasileiros desconheciam a taxa de juros quando emprestando dinheiro (Bruhn et al, 2013 p. 6)

As informações apresentadas foram ratificadas em estudo realizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a qual confirmou a baixa proporção de poupadores no Brasil, sendo que os pobres são os que proporcionalmente poupam menos e que estes registros vêm caindo ao longo do tempo, sinalizando inclusive que eles estão por embaixo de países vizinhos, conforme visto no trecho abaixo:

O brasileiro poupa significativamente menos que a média mundial. Levantamento realizado em 2014 pelo Banco Mundial mostra que a proporção de poupadores da amostra brasileira (28%) equivale à metade do percentual relativo a todos os países (56,5%). Apenas 4% dos respondentes brasileiros guardaram recursos para a aposentadoria em doze meses, enquanto 24% exerceram esse comportamento no total mundial. Somente 36% dos brasileiros conseguiriam levantar o equivalente a 1/20 do PIB per capita frente a uma emergência, enquanto 61% da amostra mundial informaram que possuíam essa possibilidade. Vale notar que a proporção de mulheres que reportaram a constituição de poupança e a capacidade de levantar recursos em situação extrema é ligeiramente menor que a média, tanto no Brasil como no mundo. - Ao estratificar os mesmos resultados por nível de riqueza é possível constatar diferenças significativas de capacidade de poupança entre a parcela mais rica e a mais pobre. No caso brasileiro, a proporção de respondentes 40% mais pobres que constituíram poupança ou poderiam arcar com uma despesa emergencial representa metade do percentual referente aos 60% mais abastados. A diferença entre essas duas divisões do total mundial aparenta ser menos significativa. - Corroborando os resultados anteriores, dados levantados em pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção e Crédito

ao Consumidor (SPC Brasil) mostram que 79% dos respondentes pertencentes às classes C, D e E não pouparam recursos financeiros nos primeiros seis meses de 2017 - A proporção de não poupadores nas classes A e B foi de 62%. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, nos últimos anos o brasileiro tem poupado menos do que na década de 70. Comparativamente, mesmo em relação a países da mesma região, nosso padrão seria baixo (Shu et al 2017 p. 14-15)

Reitera-se que os dados apresentados indicam necessidade urgente para que o cenário atual desvantajoso para economia nacional e para o bolso dos brasileiros seja prontamente revertido, o que pode ser possível por meio de diversas estratégias, e uma delas é a implementação de educação financeira obrigatória desde o ensino básico.

1.4 Interpretação a respeito da cultura nacional no que tange a educação financeira

Sobre o exposto, os dados indicam realidade contemporânea da sociedade brasileira, sobre a qual seus efeitos são negativos no passado, no presente e no futuro, fato que demanda clareza e entendimento para o manejo adequado de estratégias voltadas ao fornecimento de educação financeira básica a todos os brasileiros. Além disso, nota-se que no geral, é comum que o brasileiro esteja inserido durante maior parte da vida em ambiente de escassez, inflação, endividamento familiar, falta de poupanças e falta de respaldo financeiro para encarar a velhice e todas as suas demandas de saúde. Portanto, o devido planejamento financeiro representa necessidade desde os primeiros anos escolares, tema que será abordado com maiores detalhes no capítulo 3.

2. Sugestão de planejamento financeiro no ensino básico






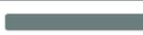

















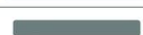





























Neste capítulo serão abordados com maiores explicações, assuntos relacionados aos impactos do planejamento financeiro desde o Ensino Básico.

2.1 Contextualização e grade curricular

Dados estatísticos mostram que dentre os países com IDH (índice de desenvolvimento humano) mais elevados do mundo, dão ênfase a educação financeira desde os primeiros anos escolares. São exemplos claros países como: Finlândia, Noruega, Dinamarca, Suécia, Israel e Canadá, nos quais ocorrem investimentos em alfabetização financeira para crianças, estando tais países dentre os primeiros de IDH em âmbito mundial, sendo tal indicador correspondente a medida referente a qualidade de vida da população com base principalmente em educação, saúde e renda (LIMA et al., 2022).

Consequentemente, nota-se que nos mencionados países, é comum verificação de desenvolvimento a médio e longo prazo da sociedade como um todo, resultando em distribuição de renda e riqueza mais igualitária entre todos, fato que influencia em boas condições de economia independente. A partir da alfabetização financeira desde os ensinos de base, que contempla a fase de maior aprendizado e fácil absorção de conhecimento, ocorrem condições favoráveis a formação sobre o assunto, respaldando a vida adulta quanto a escolha das melhores decisões financeiras, ainda que possíveis frustrações eventualmente ocorram, ao longo da vida.

Gráfico 6. Ranking mundial do IDH

IDH muito alto	1º		Noruega	0,949	
	2º		Austrália	0,939	
	2º		Suíça	0,939	
	4º		Alemanha	0,926	
	5º		Dinamarca	0,925	
	5º		Singapura	0,925	
	7º		Holanda	0,924	
	8º		Irlanda	0,923	
	9º		Islândia	0,921	
	10º		Canadá	0,92	
	10º		EUA	0,92	
	45º		Argentina	0,827	
	49º		Rússia	0,804	
	IDH alto	54º		Uruguai	0,795
68º			Cuba	0,775	
71º			Venezuela	0,767	
77º			México	0,762	
78º			Azerbaijão	0,759	
79º			Brasil	0,754	
79º			Granada	0,754	
81º			Bósnia e H.	0,75	
90º			China	0,738	
95º			Colômbia	0,727	
IDH médio	110º		Paraguai	0,693	
	118º		Bolívia	0,674	
	119º		África do Sul	0,666	
	131º		Índia	0,624	

Fonte: FARIA e RAGNINI, 2021, p. 281.

De acordo com o ranking da ONU, o Brasil apesar de ter potencial econômico importante, por ser um dos maiores países e mundo, com população também expressiva, possui posição considerada baixa no ranking de IDH, indicando importante contradição, dadas as suas potencialidades. De acordo com o S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard & Poor's), que foi um dos maiores estudos realizados sobre educação financeira, o Brasil ocupou a 74ª posição no ranking global que avalia sobre alfabetização da população em educação financeira, ficando atrás de alguns dos países mais pobres do mundo, como o Zimbábue (LIMA et al., 2022).

Apesar disso, ainda que ocupa posição baixa e preocupante, esse tipo de pesquisa é importante por caracterizar as condições de vida da população, no que se

refere a qualidade de vida e educação financeira, visto que o Brasil segue sendo um dos que mais investe em educação em todo mundo. Nesse sentido, avaliação do PIB (produto interno bruto) referente ao Brasil indica que os gastos com educação correspondem ao valor médio de 5,6% do PIB, valor que é em média 4,4% maior do que aquele visto em outros países, de acordo com a OCDE. A esse respeito, o Brasil se posiciona atrás somente da Suécia, Bélgica, Islândia, Finlândia e Noruega. Logo, permanece a reflexão dos dados negativos sobre a educação financeira no país, ainda que sejam implementados investimentos significativos na educação.

De acordo com o OCDE, é evidente o nível de diferença entre os investimentos realizada na educação básica e na educação superior, de modo que tal discrepância pode eventualmente justificar a lacuna vista no ensino básico quanto o assunto é planejamento financeiro. Portanto, por existir maior investimento no ensino superior, conclui-se que maior direcionamento para o ensino básico parece importante para elevar a quantidade de jovens que chegam ao ensino médio e superior, com boa noção de formação financeira.

Em segundo lugar, um maior direcionamento de investimento para a educação básica, parece fazer sentido, sendo notória a necessidade de reforma da grade curricular, para inserir como obrigatório o conteúdo em questão.

2.2 Educação financeira nos anos escolares iniciais

Verifica-se que a partir do ano de 2017, a “educação financeira” passou a ser assunto obrigatório no currículo do ensino fundamental e no ensino médio existem perspectivas promissoras para que seja implementado. Ainda assim, mesmo que haja as melhores intenções a respeito do referido projeto e de um início de uma mentalidade focada em desenvolvimento, o mesmo ainda não contempla em níveis suficientes o ensino aprendizagem de conteúdos da educação financeira enquanto disciplina possível e obrigatória na grade curricular. Ao contrário, nota-se que o programa contempla assunto abordado dentro nas matérias já existentes, sendo assim um programa menos aquém das reais necessidades vistas no Brasil (JANISCH e JELINEK, 2020).

De acordo com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF Brasil), o professor não recebe incentivos suficientes de acordo com a importância do seu papel desempenhado, isso porque ganha mal, gasta mal e, como cidadão, não é valorizado. Sobre isso, ainda que já existe um programa cheio de boas intenções, o mesmo não se mostra suficiente, ao tratar a educação financeira apenas como tema e não como

disciplina. Isso se reflete no PISA, programa internacional de avaliação dos alunos, divulgado em 2017. O Brasil teve o pior desempenho de todos os 15 países pesquisados, 53% dos alunos ficaram abaixo do nível mínimo de conhecimento financeiro.

Atualmente, dentre os professores e organizações responsáveis pelo ensino no Brasil, há o constante debate sobre como introduzir a educação financeira, tratando o assunto como tema abordado em diversas disciplinas e não como uma disciplina, ou tratando-o como uma disciplina a ser implementado na grade curricular. O fato é que, o tema ser abordado apenas na disciplina de matemática não é o suficiente para mudar o quadro alarmante da educação brasileira evidenciado desde os primórdios da colonização.

Conforme dados da Serasa Expeliam, no ano de 2017 foram registrados no país em média de 59 milhões de endividados. A esse respeito, autores atribuem que primeiro motivo de endividamento é o desemprego. O segundo, o descontrole financeiro e o terceiro, o empréstimo do nome para familiares e amigos. Ainda assim, se faz preciso compreender que a funcionalidade de mudar e instituir a educação financeira nas escolas, não mudará necessariamente o cenário atual, mas sem dúvidas irá resultar em reflexos positivos a longo prazo, ao influenciar positivamente as futuras gerações. A fim de melhorar o cenário atual, é preciso instituir programas com ênfase também nas demais faixa-etárias que não tiveram antes, acesso à educação financeira (JANISCH e JELINEK, 2020).

O tema educação financeira nas escolas, como disciplina obrigatória deve incorporar discussões mais profundas, com força para sair do papel e ser de fato implementada. Isso porque acredita-se que qualquer sujeito com formação básica deve possuir o mínimo de conhecimento sobre o controle de suas próprias finanças, a fim de que seja capaz de administrar adequadamente o dinheiro recebido pelo trabalho ao longo de toda sua vida. Para isso, é preciso consciência sobre o quanto de dinheiro entra e o quanto de dinheiro sai do caixa, como também os prejuízos decorrentes do pagamento recorrente de taxas de juros. Um exemplo comum de taxa de juros é a Selic, que varia de acordo com o movimento do mercado, impactando na vida da população ao se relacionar com o IPCA (índice que mede a inflação do país). Esse conhecimento é importante para que os sujeitos tenham correto discernimento para tomada das melhores decisões, pautada inclusive em economia sempre que possível.

O jornalista Fernando Canzian, no ano de 2020 redigiu uma reportagem sobre o IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) no Brasil. A esse respeito, acredita-se que o fim

da desigualdade só será possível com maior oferta educacional desde o ensino básico, para todas as escolas do território nacional. A educação financeira deve ser incluída na grade curricular obrigatória do ensino fundamental brasileiro, para que conceitos básicos sobre dinheiro, planejamento de ganhos e gastos sejam assuntos bem dominados por qualquer sujeito. Adicionalmente, estima-se que tal conteúdo também esteja presente no ensino médio, de modo a aprofundar e desenvolver o conhecimento e aprendizagem a respeito do tema, a fim de auxiliar na formação de cidadãos conscientes quando o assunto for administração do próprio dinheiro (REZENDE et al., 2022).

2.3 Planejamento financeiro

Conceitualmente, Lima e Silva define do seguinte modo o planejamento financeiro:

o princípio da educação financeira é: saber como ganhar, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar a sua qualidade de vida (Lima e Silva, 2013, apud Amorim 2017)

Em síntese, um planejamento financeiro bem organizado representa na prática sinônimo de controle para tranquilidade de vida no futuro, tendo em vista que qualidade básica de vida envolve acesso a saúde, alimentação, moradia, educação e lazer os quais dependem de dinheiro. Em sua obra, Camargo (2000) ilustra a fundamentação que envolver esse respectivo raciocínio:

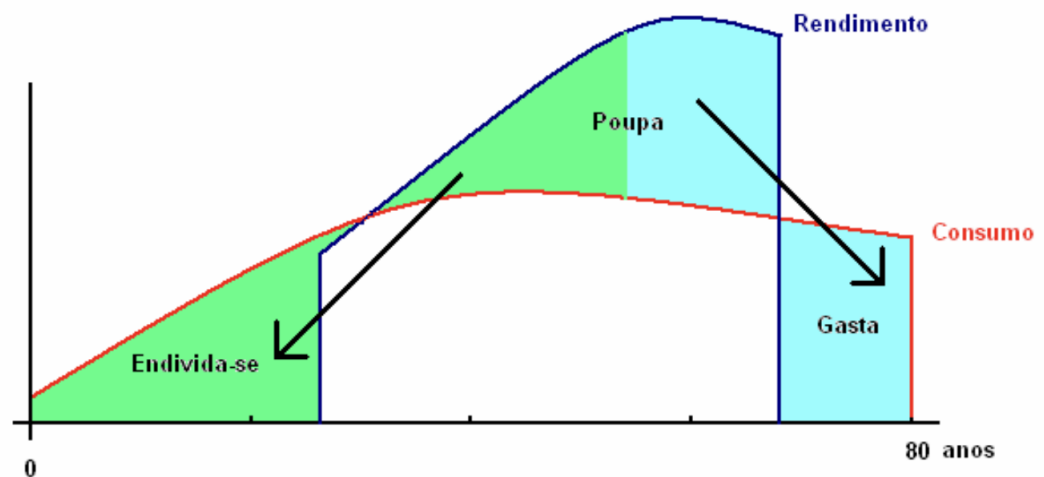
A hipótese do ciclo de vida é um esforço entre os economistas para compreender o comportamento do consumo e da poupança dos indivíduos ao longo de suas vidas. - O modelo desenvolvido por Franco Modigliani divide, por hipótese, que a vida financeira dos indivíduos possui três principais fases: a de endividamento, onde o consumo excede a renda, a de acumulação de patrimônio, onde o indivíduo atinge seu pico de produtividade e renda do trabalho para pagar esta dívida e acumular riqueza, e a aposentadoria, onde ele finalmente consome tudo aquilo que acumulou ao longo da vida. Aqui o conceito de dívida pode ser flexibilizado, pois para o caso de muitas famílias as despesas de um jovem adulto são frequentemente bancadas pelos pais até a independência financeira, e não raramente os filhos subsequentemente acabam integralizando este valor ajudando os pais na aposentadoria também. Porém, a nível “familiar” a regra segue valendo, pois o patrimônio acumulado segue essa tendência e respeita o ciclo da renda do trabalho de cada um (Camargo 2000 s/p)

Significa que os homens quando crianças, são mantidos por seus pais, e absorvem muito do comportamento desses com dinheiro. Na vida adulta, quando possuem condições de ganhar seu próprio dinheiro, tem opção de poupar parte de tudo que ganham, a fim de que tenham uma velhice mais tranquila, com respaldo financeiro

devido para enfrentar todas as adversidades necessárias para sobrevivência (OLIVEIRA e MILANI, 2020).

Ainda, pode-se dizer que todo o esforço e/ou sacrifício implementados ao longo da vida, contempla intenção de garantir um futuro tranquilo. Nesse sentido, as quantidades aplicadas todos os anos, quando remuneradas ao longo do tempo, tendem a otimizar a quantia poupada, fazendo crescer o patrimônio ao longo do tempo (JANISCH e JELINEK, 2020).

Gráfico 7. Rendimento, consumo, individualização e poupança ao longo da vida.



Fonte: DA COSTA VIEIRIA, 2010.

Na prática também, cálculos estatísticos e matemáticos são úteis por explicar o sistema de capitalização composta, usado para explicar de que modo o patrimônio inicial guardado irá gradualmente se acumular de acordo com as taxas de retorno ($1 + \text{retorno}$), de modo que ao aplicar por determinado período, no final do período o patrimônio final será maior que o patrimônio inicial. Portanto, quanto mais tempo o dinheiro (poupança) se mantém “guardado” (depositado ou aplicado em banco), maior será o resultado do patrimônio final, sendo que as primeiras aplicações devem ter um maior retorno, pelo fato de estar mais tempo imobilizado. Logo, a pessoa que poupa deve conhecer o cenário sobre o qual o seu dinheiro é aplicado bem como, a taxa de retorno, o tempo e o título de aplicação, e ainda possuir noções de matemáticas elementares ou avançadas (para dimensionar o risco, por exemplo). Inclusive, caso desde sempre já exista um plano claro quanto ao futuro, por meio do qual já exista clareza sobre o patrimônio que pretende conquistar ao longo da vida, tais informações

são úteis por nortear as aplicações mensais ao longo do ano, para que o objetivo final seja alcançado com sucesso.

Assim, é possível especificar o montante a ser guardado periodicamente (mensalmente, por exemplo), de acordo com o retorno financeiro pretendido. O mencionado retorno é expresso em taxas % mensais e N . Exemplo prático: considerando um período de 25 anos, têm-se que $N = 25 \times 12 = 300$. Um dos modos mais consistente e acessível de enriquecer ocorre por meio de investimentos, que ao longo prazo com carteiras seguras e rentáveis trará um bom retorno ao investidor.

Sobre o exposto, os dados apresentados não deixam dúvidas de que uma boa educação financeira é relevante desde o contexto escolar, de modo que quanto o sujeito iniciar a vida adulta, terá mais discernimento e conhecimento para tomar melhores decisões relacionadas ao seu próprio dinheiro e dar o passo adiante que é investir com frequência (HERRERA, 2022). Os títulos públicos de renda fixa podem representar a porta de entrada para o mundo dos investimentos, isso porque trata-se de um dos investimentos mais seguros do mercado, garantidos pelo próprio Estado, de modo que o investidor só está em risco real, se o país decretar falência. A rentabilidade desse investimento varia de acordo com o risco, de modo que no baixo risco a rentabilidade não se mostra uma das mais altas do mercado, mesmo variando de acordo com a taxa Selic, ao passo que no longo prazo, ocorre efeito multiplicador de juros sobre juros. Isto é: trata-se de uma ótima opção para começar os investimentos (OLIVEIRA e MILANI, 2020).

Similarmente aos títulos públicos, outros investimentos de baixo risco, trazendo rentabilidade média são verificados, como: títulos pré-fixados, títulos de grandes instituições bancárias, fundos de investimentos com carteiras diversificadas com renda fixa pré-dominante e fundos imobiliários. Sobre esses últimos, nota-se opção de fazer um investimento em um imóvel sem a necessidade de comprá-lo, podendo ao contrário investir exclusivamente por meio de cotas do fundo selecionado e na sequência, receber proporcionalmente a cota aplicada, via valores de aluguel e aquisição do imóvel. Um fato positivo sobre esse investimento é o fato do rendimento ser descontado apenas o valor correspondente a corretagem.

Em casos de investimentos com que possuam maiores rentabilidades, é necessário conhecimento de educação financeira mais profundo, antes de investir dinheiro, isso porque investimentos da bolsa de valores por exemplo, implicam em alto risco influenciados por diversos fatores externos e internos à economia de um país.

Portanto, conforme mencionado, ainda que possa resultar em maiores rentabilidades, pode resultar em maiores perdas também e por isso, em caso de clientes que não entendam do assunto, a contratação de corretoras e bancos podem ser importantes por assessorar os investimentos e auxiliar na montagem de uma carteira diversificada e mais segura, de acordo com o perfil investidor (OLIVEIRA e MILANI, 2020). Independente do cenário, o conhecimento deve preceder a introdução do mercado financeiro de alto risco.

2.4 Balanço e investimentos

Ao longo de todo este capítulo as informações apresentadas deixam clara a necessidade e indicam um caminho oportuno (educação financeira no ensino básico) para enfrentar e combater a desigualdade social dos brasileiros. Sabe-se que o percurso é lento e demorado, mas sabe-se também que as mudanças são necessárias, para um futuro melhor, com possibilidades mais dignas e justas a todos. Assim, acredita-se que sendo a educação financeira implementada desde o ensino básico, tanto no fundamental quanto no ensino médio, a população terá maior respaldo e conhecimento para administrar suas finanças, controlar seus custos e passar a investir de modo constante e natural. Acredita-se também, que isso sendo feito de modo continuado, a longo prazo a rentabilidade possibilitará aos investidores uma velhice com maior conforto, segurança e qualidade de vida.

3. Sugestões de ações práticas

Com base no conteúdo apresentado nos capítulos anteriores, foram realizadas algumas reflexões e sugestões quanto as ações práticas necessárias, para que a educação financeira desde o ensino básico, enquanto disciplina obrigatória, se torne uma realidade no Brasil. Assim, é sobre tais reflexões que o capítulo 4 irá abordar.

3.1 Cenário favorável a educação financeira brasileira

As informações apresentadas deixam claro que a sociedade brasileira é marcada por desigualdade de distribuição de renda e riqueza, que reflete também em desigualdade social, visto que o acesso a certos tipos de serviços não está disponível a todos. Ademais, para que todos os sujeitos da sociedade desfrutem de condições similares para desfrutar da vida e das atividades que as envolvem, a base constitui a educação de modo geral, isso porque o acesso ao conhecimento é a primeira porta de entrada para que ocorra desenvolvimento intelectual, social, cultural, técnico e teórico, sendo estes requisitos básicos para inserção em bons empregos e maiores chances de salários dignos e satisfatórios a uma vida com qualidade.

Adicionalmente, a educação financeira representa respaldo suficiente para sujeitos adultos sejam capazes de fazer boas escolhas referentes a gastos, poupança e investimentos ao longo de toda vida, sendo tal postura fundamental para assegurar bem-estar e condições de vida. Tudo isto seria possível por meio da democratização do ensino e formação econômico-financeiros dos homens, possível por meio da sugestão de grade curricular voltada ao aprendizado das finanças, em todo nível do sistema escolarizado, começando pelo primeiro grau até o final do ensino médio.

3.2 Alterações legais e institucionais necessárias

A pesquisa realizada mostrou que existem no Brasil várias instituições financeiras e leis voltadas a respaldar a educação financeira no país. Exemplos claros incluem: CNE, Bacen e CVM os quais representam instituições responsáveis pela análise e criação de direcionamento sobre a educação financeira. Contudo, potencial limitação se refere ao fato de que o desenvolvimento da educação financeira não é a principal ocupação dessas instituições (REZENDE et al., 2022).

Um marco importante nesse sentido, que não pode deixar de ser mencionado, foi a proposição da Lei nº 13.303/2016, a qual determina normas a serem cumpridas por

empresas estatais, as quais possuem obrigação de promover a educação financeira dos seus empregados e da população em geral. Apesar disso, nota-se que na prática, as mudanças na sociedade brasileira são muito discretas, sendo necessários, foco e investimento na educação financeira desde os primeiros anos escolares, visto que muitas lacunas devem ser preenchidas, a começar pela educação. Em segundo lugar, acredita-se que a criação uma entidade reguladora exclusiva para o tema da educação financeira, represente medida útil para mensurar algum impacto significativo relativo ao pretendido desenvolvimento, com ênfase no médio e longo prazo (REZENDE et al., 2022).

A partir de então, após melhoria quanto as políticas públicas e implementação destas, com auxílio de entidades governamentais, estima-se que o resultado seja promissor no que se refere ao desenvolvimento da educação financeira efetiva no país. Ainda, a mencionada criação e promoção de programas relacionados a educação financeira para a população em geral, em parceria com instituições financeiras, empresas privadas, entre outras instituições parece fazer sentido para acelerar os objetivos pretendidos. Na sequência, a regulamentação e fiscalização por parte dos bancos e empresas privadas ligadas ao tema financeiro, orientando a transparência e promoção da educação financeira antes ou conjuntamente com as vendas dos produtos, denota atitude importante por complementar a educação financeira dos sujeitos (FONSECA, 2019).

3.3 Políticas econômicas

Atualmente, várias são as possibilidades favorável para que ocorra a criação de políticas econômicas com potencial de gerar impacto efetivo no desenvolvimento da educação financeira. Exemplos claros incluem a diminuição de impostos governamentais, que poderia representar claro incentivo para as empresas apoiarem os programas de educação financeira e inclusive, auxiliar na fomentação e desenvolvimento destes. Também, o direcionamento de verbas para financiar os programas e projetos nesse sentido, são fundamentais (DEDECCA, 2002).

Em casos de instituições exclusivas voltadas a fornecer educação financeira no Brasil, acredita-se que o governo poderia incentivar estas, por medidas que incluem por exemplo a isenção tributária, a ser considerada minuciosamente quanto aos efeitos de tal medida e viabilidade, isso porque, em alguns casos, a isenção tributária pode criar distorções no mercado e pode haver perda de arrecadação para o Estado, o que pode desequilibrar o poder financeiro do governo e afetar outras áreas tão importantes

quanto.. Por sua vez, a isenção tributária tende a reduzir os custos da instituição, viabilizando maior direcionamento de renda, para a proposição de mais projetos e programas, que sejam capazes de atender maior número de crianças no ensino básico.

Por fim, a atração de talvez maior quantidade de doações e patrocínios advindos de empresas e pessoas físicas, poderia auxiliar em tais projetos.

3.4 A influência de estratégias governamentais na educação financeira de um país

A partir do exposto até aqui, observa-se claramente que a educação financeira denota assunto relevante para os brasileiros, em todas as fases da vida (DEDECCA, 2002). Portanto, compete ao governo o papel de ser o maior fomentador, incentivador e desenvolvedor de medidas voltadas a promoção de educação financeira no país, a começar na educação básica. A responsabilidade do governo é pautada no fato de que os impostos arrecadados pelo governo incluem a “promessa” de vida digna com acesso a educação, saúde e segurança.

Dentre as diversas possibilidades governamentais para atingir com sucesso tal objetivo, incluem-se:

- 1) Inclusão da educação financeira no currículo escolar como disciplina obrigatória;
- 2) Criação de programas de educação financeira para diversas faixas etárias;
- 3) Desenvolvimento de habilidades financeiras básicas, que incluem noções sobre orçamento, poupança, investimentos, crédito e gestão de dívidas;
- 4) Estabelecimento de acordos com instituições financeiras para oferecer cursos e materiais educativos para seus clientes;
- 5) Incentivo quanto a oferta de produtos financeiros que facilitem o acesso à educação financeira, como contas poupança para crianças e jovens;
- 6) Divulgação de informações transparentes sobre finanças pessoais, como dicas de orçamento e poupança, em seus canais de comunicação;
- 7) Ofertas de incentivos fiscais para investimentos em educação financeira, como a dedução de impostos para gastos com cursos e livros relacionados ao assunto.

A educação financeira demanda do comprometimento e participação de todos os setores da sociedade, visto que o resultado é demorado e lento, exigindo ao contrário, paciência e disciplina por parte do governo e da sociedade. Atualmente, a desproporção do investimento na educação do ensino básico comparado com o ensino superior no país

representa limitação grave, que interfere diretamente na qualidade de educação ofertada em todo território nacional (RIBEIRO et al., 2021). A esse respeito, Coutinho menciona que:

o Brasil investe U\$ 14.417 por aluno, por ano, segundo dados de 2021, acima da média dos países desenvolvidos, de U\$ 13.855. Apesar de o total em dinheiro para a educação básica ser maior, já que há 45 milhões de alunos nas escolas públicas brasileiras e 2 milhões nas universidades, a diferença é inquietante para um país que pretende crescer. Por isso, será fundamental ao governo eleito no próximo dia 2 de outubro corrigir essa clara inversão de prioridades na educação. Nas últimas duas décadas, o Brasil triplicou o valor investido por aluno no ensino infantil, fundamental e médio, mas chegou a números ainda incomparáveis a outros países. No mesmo período, a Coreia do Sul passou de cerca de US\$ 3 mil para US\$ 12 mil por aluno/ano. Portugal, de US\$ 3,5 mil para US\$ 10 mil; Austrália, de US\$ 5 mil para US\$ 11,5 mil (Coutinho, ano p.)

A mencionada desproporção evidenciada, ocorre devido a diversos problemas sociais, como: falta de infraestrutura nas escolas básicas; falta de profissionais de qualidade; e dificuldade de acesso à educação de qualidade para a população mais pobre. Por sua vez, têm-se que o acesso ao ensino superior representa um privilégio conquistado pela minoria da população, sendo nesse momento que a desigualdade se acentua, isso porque, sujeitos com ensino superior tendem a possuir mão de obra mais qualificada e conquistarem cargos com maior remuneração, mantendo padrão de vida elevado (RIBEIRO et al., 2021). Em contrapartida, a população mais pobre continua no ciclo vicioso, no qual o acesso a educação básica de baixa qualidade limita o ingresso no ensino superior e conseqüentemente, limita melhores condições de vida. Com o equilíbrio proporcional do investimento, essa diferença iria diminuir e o desenvolvimento da educação seria mais homogênea no país.

Portanto, é evidente o quanto as políticas governamentais são fundamentais no contexto explorado, sendo dever do Estado ações oportunas para viabilizar estímulo apropriado a educação financeira no país e resultados mais favoráveis ao país. (VIEIRA e PESSOA, 2020). Por fim, é fundamental que o hábito da poupança, seja bem orientado aos alunos desde o ensino básico, sendo inclusive importante que haja incentivo para aberturas de contas poupanças ainda quando crianças, para que tal mentalidade seja desenvolvida e mantida ao longo de toda a vida.

Considerações finais

Esta monografia objetivou apresentar a relevância da inserção de conteúdos relacionados ao planejamento financeiro a partir da educação básica, e os reflexos disso ao longo da vida de qualquer cidadão. A pesquisa mostrou que a falta de educação financeira desde cedo, reflete na cultura e modo como os brasileiros lidam com dinheiro, visto que expressiva parcela da população possui dívidas e não possui o hábito de investir. Sendo assim, a partir das informações apresentadas foi possível concluir que a necessidade de políticas públicas voltadas a sanar as lacunas observadas é urgente, devendo dar ênfase a educação financeira no Brasil, pautada em mudanças nesse sentido, nas grades curriculares do ensino básico, além de ações adicionais para contemplar também crianças maiores e adultos desprovidos desse conteúdo até então (FONSECA, 2019)

Com isso, espera-se que no médio e longo prazo, sejam observados resultados positivos frente a tais mudanças, capazes de melhorar a qualidade de vida, diminuindo níveis de escassez e endividamento. A partir do aumento da poupança e fundos de investimento, a aposentaria de maior parcela dos brasileiros poderá ocorrer inclusive em ajuda expressiva do INSS. No entanto, tais mudanças só serão possíveis, se forem devidamente introduzidos conteúdos educacionais no formato de matéria obrigatória, a fim desse conteúdo estar presente de modo mais significativo na cultura brasileira como um todo. Acredita-se também que uma vez que tal base educacional esteja bem consolidada, os resultados positivos serão inevitáveis a longo prazo.

Referências bibliográficas

AMORIM, Diego Felipe Borges de. Planejamento financeiro, poupança e investimentos: uma análise comparativa do mercado de títulos, suas rentabilidades e os índices inflacionários no Brasil durante o período de 2002 a 2016. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, p. 71-95, 2017.

ANBIMA. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 2021. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm.

BRUHN, Miriam; LEÃO, Luciana de Souza; LEGOVINI, Arianna; MARCHETTI, Rogelio; ZIA, BILAL. **O Impacto da Educação Financeira no Ensino Médio. Evidência Experimental do Brasil**. Washington: Banco Mundial. Documento de Trabalho de Pesquisa de Política 6723 (WPS6723), dezembro de 2013.

CAETANO, Sidney; SILVA, Nelson da; MOURA, Guilherme. Persistência e Volatilidade do Gap da Inflação. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 851-877, 2023.

CAMARGO, Felipe. **Planejamento financeiro**. Editora: Citadel. 1º edição. São Paulo: Mimeografado, 2000.

DA SILVA, Bruno Araújo Bispo; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 6, pág. e16212642125-e16212642125, 2023.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Reorganização Econômica, Absorção de Mão de Obra e Qualificação. **Revista de Economia Política**, v. 22, n.2, 86, p. 253-272, abril-junho/2002.

DEL FIORI, Diogo et al. O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 21, n. 2, p. 31-46, 2017.

FARIA, JOSÉ HENRIQUE DE; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, v. 19, p. 278-291, 2021.

FONSECA, Gustavo. Políticas públicas de educação financeira no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 461-485, out./dez. 2019.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2019.

HAGSTROM, Robert G. **O jeito Warren Buffet de investir**. 2ª Edição. São Paulo, 2019.

HERRERA, Silvia Taís. **Uma análise compreensiva do mercado financeiro, das finanças comportamentais e da tecnologia dos investimentos**. 2022. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234883>>.

JANISCH, A.B.L. e JELINEK, K.R. Explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.7, p. 48324–48342, 2020.

KYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre**. Editora: Alta books, 1º Edição, 1997.

Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018. Política Nacional de Incentivo à Formação e Qualificação Profissional em Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13708.htm>

LIMA, D. R. L. de; HEINIG, D. W.; GONÇALVES DE OLIVEIRA, A. Receita Do Desenvolvimento Humano: Impacto Das Receitas Municipais No Idh Das Regiões Metropolitanas Das Capitais Do Sul Do Brasil / Revenue From The Human Development Of The Metropolitan Regions Of The Capitals Of Southern Brazil. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 359–377, 2022.

LIMA, Elinson Silva. **Análise da correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e os tributos arrecadados nos municípios do estado do Amazonas**. 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Contabilidade e Controladoria) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

MARTINS, Norberto. **A crise e o endividamento das famílias no Brasil e nos EUA**. Book. 2020.

OLIVEIRA, J. M. de; MILANI, B. Variáveis que explicam o retorno dos fundos imobiliários brasileiros. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 9, n. 1, p. 17–33, 2020.

REZENDE, A. A. DE, SILVA-SALSE, A., & CARRASCO, E. A Matemática Financeira no Ensino Médio Brasileiro: perspectivas para formação de indivíduos críticos. **Revista Baiana De Educação Matemática**, v.3, n.1, p. e202201, 2022.

RIBEIRO, QDM.; SOUZA, MC de.; VIEIRA, N. dos S.; MOTA, RCL A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 9, pág. e43310918213, 2021.

SPC BRASIL. **Grande parte dos brasileiros não controlam o que gastam**, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf>

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? **Educação Matemática Pesquisa**, v.22, n.2, p. 658-688, 2020.

VIEIRA, Pedro Cosme da Costa. **Matemática Financeira com aplicações em Excel e R**. 2010.